
Editorial

O ano de 2015 é um importante marco para a Revista do Direito Público da UEL, pois completa 10 anos de incansável trabalho de modo a gerar oportunidades para disseminar conhecimento acadêmico.

Agradecemos a todos que participam da construção da Revista durante este tempo, em especial, aos atuais e ex-mestrandos do Programa de Mestrado em Direito Negocial, aos pareceristas que voluntariamente atendem ao chamamento para avaliar os artigos, aos Cursos de Especialização em Direito da UEL que auxiliam financeiramente este projeto, ao apoio técnico da Biblioteca Central da UEL.

A Revista está aberta para discutir questões afetas ao Direito Público e, nesta edição, destacamos e agradecemos a participação dos autores, de diferentes Estados da federação, que se dedicaram a estudos importantes.

Do Estado de Minas Gerais os autores estudam a tutela ambiental diante da exploração do minério de areia em Áreas de Preservação Permanente; bem como a validade jurídica da Lei promulgada pelo Estado do Rio de Janeiro que regulamenta a prática da Rinha de Galos.

Do Paraná, discute-se a interpretação sobre a aplicação aos agentes políticos da Lei nº 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade e a Lei de Improbidade Administrativa, concomitantemente ou não. Também um dos artigos analisa o instituto do Acordo de Leniência, notadamente, à luz de sua previsão na Lei Anticorrupção (Lei 12.846 de 2013) e no Decreto Regulamentar 8.420, de 2015.

Apresenta-se nesta edição, os arranjos negociais ordenados por uma ordem econômica voltada a abastecer o mercado financeiro, refletindo na tomada de decisão dos indivíduos, podendo desencadear uma crise sistêmica e ainda, na questão atinente à justiça de transição, as ações políticas concretas que devem ser tomadas em relação a regimes políticos anteriores e seus respectivos atores políticos.

Do Rio Grande do Norte, é trazido à baila os possíveis conflitos de gestão na criação de unidades de conservação, Floresta Nacional de Açu, por meio de um estudo de caso.

A contribuição do Distrito Federal versa acerca da cooperação trilateral da OMS, OMPI, OMC diante do tema da propriedade intelectual, cujo escopo visa à promoção do acesso a novas tecnologias médicas, principalmente pelas populações mais pobres;

Significativos são os estudos quanto à modulação dos efeitos da decisão no controle de constitucionalidade e a possibilidade de atuação discricionária do Poder Judiciário; feitos no Rio Grande do Sul.

Por fim, de Lisboa, é feita uma análise das dimensões do sistema da ordem social brasileira e o direito à proteção social obrigatória;

Desejamos que nossos leitores façam bom proveito dos trabalhos apresentados e que possam servir para despertar novas pesquisas.

Boa leitura a todos!

Conselho Editorial
Revista do Direito Público - UEL
Volume 10, número 3, set./dez. 2015
Londrina-PR
ISSN: 1980-511X